MESAS TEMÁTICAS

1. Los cambios en la base de sustentación económica y la estructura social del territorio.

Proposta de Instituição de Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia no Vale do Rio Pardo

Adriana Hintz Eick 1¹

hintz@unisc.br 1

1 Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo (PMT/VRP, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil)

Resumo

Sem dúvida, o tema Ciência e Tecnologia são capilares para o desenvolvimento social e, cada vez mais, municípios por todo o Brasil vêm criando secretarias específicas em sua sede sobre Ciência e Tecnologia. O conceito de Desenvolvimento Regional visa à implementação de políticas, planos e implantação de conselhos, programas e ações que promovam a qualidade de vida e o desenvolvimento social e econômico de forma mais equitativa. Atualmente os Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia estão se consolidando no Brasil como importantes instrumentos locais de desenvolvimento sustentável, econômico e social. Os municípios que compõem o Vale do Rio Pardo, independente do seu tamanho populacional e das suas condições existentes, se houver vontade política e capacidade de mobilização, são possíveis à instalação destes conselhos, buscando a promoção da qualidade social, a conservação ambiental e o crescimento econômico da região.

Introdução

Investir no desenvolvimento científico e tecnológico, hoje, é poder projetar a sociedade para os desafios do mundo atual, cada vez mais dependente de conhecimento especializado e do saber técnico. Quem domina a produção da ciência e de altas tecnologias, como redes internacionalizadas de satélites, partículas atômicas, computadores, novos materiais, biotecnologias, seqüenciamento de genes, bolsas de valores etc, domina o poder nas sociedades contemporâneas.

Mas esse conhecimento precisa estar à disposição da sociedade, equitativamente. E para isso é fundamental uma gestão coletiva da sociedade e, conseqüentemente, do próprio estatuto do saber.

Mas o que isso têm haver com o município, com a cidade, com a população trabalhadora, com os menos desassistidos? Tudo. Mas também têm haver com as parcelas empresariais da sociedade, com os setores educacionais, com outros setores produtores de conhecimento.

Precisamos redistribuir os conceitos de ciência e tecnologia para os campos da política, da economia, da cultura, do bem-estar social.

Os Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia - CMCT devem buscar através de sua implantação, uma política municipal de Ciência e Tecnologia, que vise à melhoria da qualidade de vida da população, a geração de ocupação e renda e o fortalecimento e a ampliação da base técnico-científica existente no município. A política municipal de Ciência e Tecnologia, através do CMCT deverá atuar de forma induzida, trabalhando com o acolhimento de solicitações - demanda espontânea - e de forma indutora, através de lançamento de editais.

O pioneirismo e a consolidação de um CMCT são explicados, em grande parte, pela mobilização da comunidade científica local e pela visão de futuro de seus administradores públicos. Também contribuem para a instituição de um CMCT nos municípios, o nível de formação dos moradores em geral do município, no caso o deve ser avaliado é o percentual da população economicamente ativa no município e que poderiam abaganhar a instalação de mais um conselho no município.

Outro ponto importante seriam as características geográficas e econômicas do município, que já não conta com espaço físico para instalação de indústrias, mas possuem grande interesse em consolidar e desenvolver algum tipo de prestação de serviços e comércio que possam aumentar a renda per capita do município.

Diante disso, cabe ressaltar que o papel do CMCT será contribuir com desenvolvimento local, visando as reais prioridades da população local.

Assim, dadas estas diretrizes, torna-se imprescindível à implantação do CMCT, visando o fortalecimento do sistema e a ampliação de sua capacidade de apoio às efetivas necessidades dos municípios em termos de qualificação de mão-de-obra e do desenvolvimento de pesquisas e de outras iniciativas técnico-científicas. Com esta implantação, será possível aos municípios desenvolver sua parte turística através do apoio para realização de congressos, simpósios, workshops, seminários, ciclos de conferências, cursos e outros similares de curta duração, visando promover e divulgar o desenvolvimento tecnológico no município. A realização de eventos de natureza tecnológica busca promover o desenvolvimento científico e tecnológico, melhorar as condições de vida dos habitantes do município, bem como fortalecer grupos de pesquisa e a criação de grupos de excelência nas instituições locais de ensino e pesquisa, quando existir.

Com a criação e a possibilidade de implantar estes Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia (CMCT) nos municípios do Vale do Rio Pardo, estaremos dando um passo fundamental para o futuro dos municípios, dinamizando o desenvolvimento econômico da região, contribuindo para a sustentabilidade de seus sistemas produtivos e para o bem estar da população, proporcionando uma maior interação entre os diversos segmentos da comunidade regional.

O Papel dos Conselhos

Conforme Deser (1999), os conselhos se constituem em um dos canais de participação popular criados pela constituição de 1988 para viabilizar o Estado democrático. Estes, agora legalmente deixaram de ser espaços meramente delegativas para ser mais participativo. Os conselhos não podem ser

visto como uma exigência legal, sua criação é uma garantia de que a sociedade deixe de ser apenas usuária dos serviços públicos e se transforme efetivamente num agente de mudança, num ator social.

Os conselhos também deveriam ser representativos de todos os setores do município, garantindo a representação paritária entre órgãos públicos e privados e a população. Devem ter autonomia de funcionamento e não podem estar subordinados a nenhum órgão, já que devem ser representativos de todos os municípios. Também não devem ser criados por imposição, mas sim a partir de um debate amplo com toda a população. Quem delibera é o conjunto de participantes do conselho, não apenas o seu presidente, por isto o conselho deve representar um número significativo de setores da sociedade e deve funcionar em caráter permanente (não transitório). Pressupõe-se que seus participantes assumam uma postura e práticas prepositivas com competência técnicas e metodológicas, articuladas politicamente em torno da construção do plano de desenvolvimento.

Os conselhos possuem como funções:

- Realização de um diagnóstico dos problemas, das necessidades e das potencialidades do município;
- Elaborar propostas, planejar ações e implementar projetos;
- Integrar ações e distribuir responsabilidades e recursos entre os diversos agentes do desenvolvimento do município;
- Garantir a continuidade do plano de desenvolvimento independentemente das mudanças nas gestões dos prefeitos;
- Pode ser o responsável e o coordenador da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento.

Os conselhos para um funcionamento eficiente devem conhecer e debater as leis municipais, como a Lei Orgânica do município, da constituição do fundo setorial, além de leis e normas estaduais e federais descrevendo as funções e forma de funcionamento.

As reuniões dos conselhos podem ser abertas à população, sendo está uma forma de garantir transparência nos processos decisórios e de discussão do mesmo. Com a participação da comunidade, o poder público local poderá contribuir na organização comunitária e disponibilizar o poder público constituído a serviço destas organizações. A administração pública poderá ter um profundo diálogo com as organizações sociais, fazendo com que o projeto de desenvolvimento local, seja um projeto representativo das organizações da sociedade.

Apesar do pouco período de existência dos conselhos municipais, a função e proposta de atuação são realmente formidáveis se forem alcançadas integralmente. O fato de também de serem relativamente novos existem poucos estudos e pesquisas neste âmbito, o que coloca um desafio a mais na proposição destes.

O fato é que a participação e o envolvimento das populações de maneira geral na proposição, no acompanhamento e na decisão das políticas públicas está cada mais sendo exigido.

A proliferação de conselhos é outro fato a ser analisado. Muitas vezes, e principalmente nos pequenos municípios, muitas pessoas acabam participando em muitos conselhos, sobrecarregando estas, sem, no entanto ter uma atuação eficaz naquilo que se pretende realizar.

Investimentos em Ciência e Tecnologia

Dada a pequena capacidade financeira dos municípios, a prioridade nas áreas de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento e os elevados investimentos necessários à área de ciência e tecnologia, torna-se difícil o pleno atendimento das demandas.

Caracterização da Região Foco

A região do Vale do Rio Pardo localiza-se na área entre o planalto e a serra do Sudeste do Estado do RS (Agenda 21, no prelo). A região é composta atualmente por vinte e cinco municípios Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, e Vera Cruz tendo população total de 414.990 habitantes, sendo que 241.321 destes residem na área urbana e 173.669, em áreas rurais. Ocupa uma área total correspondente a 14.349,3 Km² (cerca de 5,1 da área total do Estado), com densidade demográfica igual a 28,72 habitantes por Km² (Agenda 21, no prelo). Segundo a mesma fonte, a região apresenta clima subtropical úmido com chuva bem distribuída durante todo o ano, com temperatura média situada entre 17 e os 20°C e precipitação pluviométrica média próxima de 1.500 mm/ano.

A região apresentou no período de 1996 a 2000 taxa de crescimento demográfico anual de 1,09% ao ano, inferior à média do Estado (1,39% ao ano). Os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento são Vale_Verde (3,54%) Herveiras (2,46%) Vera Cruz (2,16%) e Venâncio Aires (1,76%). Existem, no entanto municípios com taxas negativas: Ibarama (-2,17%) Passa Sete (-0,74%) e Tunas (-0,60%). Cabe ainda salientar que os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires concentram, juntos, 40,69% da população da região.

A rede urbana da Região do Vale do Rio Pardo apresenta uma hierarquia, possuindo um pólo -Santa Cruz do Sul, que é a maior cidade da região. Além dessa cidade, mais duas se destacam -Venâncio Aires e Rio Pardo. Sobradinho exerce centralidade de menor grau sobre os municípios localizados ao norte. Esta rede é constituída por mais 21 cidades, sendo que a maioria desses municípios possui perfil populacional rural.

Infra-Estrutura

A região do Vale do Rio Pardo é cortada por várias rodovias: BR-471 e BR-290, além das RS-403, RS 244, RS-405, RS-287, RS-130, RS-400, RS-422 e RS-481. Destaca-se também a presença dos aeroportos: Santa Cruz do Sul com pista de asfalto de 1.180 metros, Rio Pardo com pista de grama de 600 metros de extensão, Encruzilhada do Sul com pista de saibro de 600 metros de extensão; Sobradinho com pista de saibro de 700 metros de extensão e Venâncio Aires com pista de saibro de 1200 m de extensão. É atendido ainda por ferrovia, que atravessa a região passando por Rio Pardo (Uruguaiana/Porto Alegre) no sentido leste/oeste. Na região também se localizam as hidrovias do Rio Jacuí e Taquari.

O consumo/habitante de energia na região é o 10º lugar entre as 22 regiões do Estado. Sendo na média 1,3573 Megawatt/habitante. No RS a média geral de 1,6694 Mw/habitante. Quanto ao consumo residencial urbano a região fica em 6º lugar no Estado 0,5844 Mw/habitante, enquanto a média do Estado é de 0,5972 Mw/Habitante. O consumo de energia elétrica no meio rural é de 19º lugar no conjunto das 22 regiões. Sendo de 0,5006 (MW/hab), enquanto na média do Estado é de 0,8711. No que se refere ao consumo industrial é o 9º lugar entre as 22 regiões do Estado sendo de 0,5309 Mw/hab, enquanto na média do Estado é 0,6074 MW/hab.

Qualidade de Vida

Foi utilizado para descrever a qualidade de vida da população desta região, o Índice Social Municipal Ampliado -ISMA, calculado pela Fundação de Economia e Estatística -FEE RS, que permite estabelecer uma hierarquia entre os municípios e as regiões. Resulta da média ponderada dos indicadores *renda, saúde, educação e condições de domicílio/saneamento* e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo a 1, melhores são as condições de vida da população no município ou na região.

Analisando o ISMA da região do Vale do Rio Pardo (0,47), podemos observar que este índice melhora no período de 91-96, encontrando-se em 19º lugar na comparação com as outras regiões, um pouco abaixo da média estadual (0,51), logo abaixo das regiões Hortênsias e Missões.

Todos os indicadores da região melhoram no período analisado, sem que isto indique que a região não tenha problemas nestes setores. O indicador Saúde (0,33), é baixo, deixando a região em 17º lugar, após as regiões Hortênsias e Alto Jacuí. Educação, no comparativo com as outras regiões, deixa o Vale em 19º lugar, após o Litoral e, novamente Hortênsias. Em relação à situação do Domicílio (moradia) e Saneamento, fica em 11º lugar, abaixo de Hortênsias e Centro Sul. O Indicador Renda (0,44) cresce nos 6 anos analisados, ficando a região em 11º lugar, acima da média estadual -0,41.

Podemos dizer que o ISMA do Vale do Rio Pardo, ainda que demonstre uma tendência ao crescimento, aumenta em 57,89% dos municípios, decresce em 26,32% e, permanece estável em 15,78% dos restantes, apresenta sérios problemas em Gramado Xavier e Tunas (0,28 em ambos).

Economia da Região

Nos últimos anos, a Região do Vale do Rio Pardo vem mantendo sua participação na produção do Estado, situando-se, em 1998, em 4,9% do produto total do RS, somando R\$ 3,41 bilhões. O Produto Interno Bruto por habitante atingiu R\$ 8.479,00, ficando acima da média do Estado que foi de R\$ 7.186,00 no mesmo ano.

Em termos de setores produtivos, destaca-se a contribuição da agropecuária da região para o PIB estadual (6,83%), e da indústria (6,21%). Observando-se isoladamente a região, constata-se a importante participação da indústria (46,9%), seguida pelos serviços (29,0%) e pela agropecuária (18,9%).

A participação da região no total de empregos formais do Estado foi estável ao longo dos últimos anos, representando cerca de 2,7% do total de empregos (1999). A distribuição do emprego

formal ocorre principalmente entre os serviços (38,0%), a indústria (35,2%) e o comércio (18,0%). Embora a agropecuária tenha uma produção bastante significativa para a região (18,9%) e para o Estado (6,8%), ela responde por somente 3,6% dos vínculos formais de emprego da região e por 2,4% dos empregos do setor no Rio Grande do Sul. É necessário ressaltar que esses dados se referem exclusivamente ao mercado trabalho formal, ou seja, aos empregos registrados no Ministério do Trabalho e Emprego. Assim sendo, todos os empregos informais não são considerados nestas estatísticas, podendo isso restringir as generalizações feitas com tais informações e por vezes, ocasionar algumas distorções nas interpretações.

Na estrutura fundiária da Região do Vale do Rio Pardo, predominam as pequenas propriedades que representam 91,28% do número total de estabelecimentos da região, ocupando 39,1% da área. As propriedades que possuem área entre 50 a 500 hectares (7,0%) ocupam pouco mais de 34,43% da área. Já as grandes propriedades (maiores de 500 hectares), 0,79% do total de propriedades da região, ocupam 26,52% do total da área.

O que Compete ao Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia – CMCT

- Atuar junto ao Governador do Estado, como órgão de assessoramento nas proposições de diretrizes e normas da política ciência e tecnologia;
- Articular-se com os órgãos dos poderes públicos municipal, estadual e federal, visando a integração da política Ciência e Tecnologia, proporcionando unidade de orientação e garantia da eficiência dos investimentos públicos e privados;
- Adotar medidas que representem estímulos à instalação e expansão de empreendimentos em Ciência e Tecnologia;
- Estimular o desenvolvimento e promover a difusão de tecnologias adequadas à exploração dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente;
- Acompanhar, junto aos demais níveis governamentais e na própria esfera privada, os assuntos de interesse do município referentes à Ciência e Tecnologia.

Necessidades Regionais

Seguindo, basicamente, a necessidade de avaliar os problemas e potencialidades da Região do Vale do Rio Pardo, foi elaborada uma síntese destas necessidades regionais, elencados através da Comissão Setorial de C&T que diferentemente de outras comissões, foi constituída na gestão atual do COREDE-VRP e, em função disto, tem na presente avaliação um caráter peculiar. Na verdade, a C&T constitui-se em uma atividade-meio, estando inserida em outras temáticas, tais como indústria, agricultura e meio ambiente, razão pela qual dialoga acentuadamente com outras atividades-fim, objetivando a elaboração do Planejamento Estratégico do Vale do Rio Pardo – 2002/2005.

Merecem destaque na consumação do presente Relatório as participações dos seguintes atores regionais: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – AMVARP, Governo do Estado do Rio Grande do Sul (através de representante do Conselho

do Orçamento Participativo), EMATER regional, Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul, SENAI Carlos Tannhauser e SEBRAE Santa Cruz do Sul.

O presente documento compila, portanto, o conjunto de discussões e contribuições recebidas ao longo dos últimos meses e, tendo em vista a inexistência de metas e objetivos claramente definidos no Plano Estratégico de 1999, está ancorado em *problemas e potencialidades* em ciência e tecnologia para a região do Vale do Rio Pardo.

Ainda que representem considerações comuns à sociedade do Vale do Rio Pardo como um todo, expressam, outrossim, as opiniões a partir da ótica das entidades e representantes que participaram ativamente das discussões levadas a cabo.

Proposta para se Instituir uma SMCT, um CMCT e um FACTEM

Proposta para se Instituir uma Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia nos Municípios do Vale do Rio Pardo - SMCT

A instituição da Secretaria de Ciência e Tecnologia nos municípios do Vale do Rio Pardo, deverá promover o desenvolvimento científico e tecnológico, visando:

- à melhoria das condições de vida de sua população, notadamente no que se refere aos padrões de saúde, educação, cultura, habitação, transporte, meio ambiente e preservação do patrimônio histórico;
- ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica existente no Município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados e por unidades de produção de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico;
- à criação de empregos e rendas no âmbito do Município, mediante o aumento e a diversificação das atividades econômicas que tenham por base a geração e aplicação de conhecimento técnico e científico;
- ao aprimoramento das condições de atuação do Poder Público Municipal, notadamente no que se refere à identificação e ao equacionamento das necessidades urbanas e ao aproveitamento das potencialidades do Município.

Capacitação Tecnológica e Geração de Trabalho

Com a economia globalizada e com o avanço tecnológico, não podemos falar em trabalho sem colocar como carro-chefe o conhecimento, que deve se dar através de ações, em todos os níveis, na área de educação, de ciência como fundamentação básica, da informação tecnológica, da pesquisa e da transferência de tecnologia.

A política de geração de trabalho a partir da capacitação tecnológica da população deve se dar com base no ensino técnico, na extensão tecnológica, na informação e nos incentivos financeiros e mercadológicos.

A implantação de Programas de Capacitação Tecnológica nos municípios do Vale do Rio

Pardo pode ser realizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos Fundos Setoriais recém implantados pelo governo federal e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Para se ter uma idéia, o Ministério de Ciência e Tecnologia está investindo esse ano, R\$ 675 milhões para implantação de Centro de Treinamento em Tecnologia (CENTECS) , com custo unitário de R\$ 5 milhões e para a implantação do Centro de Vocação Tecnológica (CVTS), com custo individual de R\$ 400 mil, e mais R\$ 54 milhões para instalar 20 salas de videoconferência nos CVTs, com ponto de internet e biblioteca multimídia. Cada estado deve receber 3 Centecs e 20 CVTs (Fonte: MCT).

Projetos e Programas

Na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, os Municípios propiciarão apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à sistematização, geração, absorção e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, notadamente aqueles relacionados com:

- a capacitação de recursos humanos;
- a realização de estudos técnicos;
- a realização de pesquisas científicas;
- a realização de projetos de desenvolvimento tecnológico;
- a criação e adequação de infra-estrutura de apoio a empreendimentos de base tecnológica;
- a divulgação de informações técnico-científicas;
- a realização de projetos para incrementar de incubadoras tecnológicas e parques-pólos.

Proposta para se Instituir um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia nos municípios do Vale do Rio Pardo - CMCT

À exemplo da instituição de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia, a instituição de um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, composto por representantes do Poder Público Municipal, das comunidades científica e tecnológica, das classes produtoras e trabalhadoras e das atividades civis é fundamental. O Conselho teria a atribuição de orientar e controlar a atuação do Município em favor do desenvolvimento científico e tecnológico e colaborar com a Secretaria. Como proposta orientadora, este deverá ser adequada a cada realidade local.

Competência do Conselho

É competência do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia:

- elaborar a Política Municipal de Ciência e Tecnologia;
- elaborar os orçamentos e os Planos Anuais e Plurianuais de Ciência e Tecnologia, nos quais estarão fixadas as diretrizes e prioridades que nortearão as aplicações dos recursos do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia (esse fundo deve ser criado, nos moldes das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados);

- fixar os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo;
- fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos ao e pelo Fundo;
- controlar a alocação dos recursos para Ciência e Tecnologia nos orçamentos anuais dos Municípios, bem como acompanhar o repasse ao Fundo dos duodécimos mensais correspondentes;
- avaliar e monitorar, por meio de profissionais independentes e de notória especialização, a execução da programação anual do Fundo.

Sobre os Membros do Conselho

A função de um Conselho é fazer a parte tecnológica entre técnicos e aqueles que realmente necessitam da tecnologia. Portanto os membros do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia deverão ser pessoas de diversas formações, bem como de diversos segmentos das comunidades, para que possa ocorrer troca de opiniões e experiências.

O Conselho será composto por membros, conforme a necessidade de cada município. A seguir destacamos alguns órgãos que julgamos necessário estar presente no Conselho:

- a) Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo que a presença do Secretário de Ciência e Tecnologia é obrigatória;
- b) Representantes da comunidade científica do município;
- c) Representantes da Associação dos Docentes do município, ou, representando os docentes do município;
- d) Representantes da classe empresarial, representando a Associação Comercial e Industrial do município;
- e) Representantes da classe trabalhadora, através dos sindicatos;
- f) Representantes da Câmara de Vereadores do Município;
- g) Representante de ONGs.

A duração do mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo uma renovação. A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho serão eleitas entre seus membros, para mandato de 2 anos.

Criação de um Fundo de Apoio à C&T do Município - FACTEM

A prefeitura deverá criar o Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município (FACTEM), constituído por recursos provenientes do orçamento anual do Município e de outras fontes, com a finalidade de propiciar os recursos financeiros necessários à execução da Política de Ciência e Tecnologia do Município.

Essa é uma idéia que vem se desenvolvendo cada vez mais, dentro da comunidade científica e tecnológica. A idéia básica é: toda a instância de poder tem que investir em ciência e tecnologia. Os municípios, os estados e a união. Aliás, o Ministério de Ciência e Tecnologia já tem um programa que, para cada real alocados pelas prefeituras para um Fundo de Apoio à C&T, o ministério repassa mais um real. (Evidentemente isso demanda gestões políticas junto ao ministério).

O Município poderia destinar ao FACTEM, o equivalente a uma porcentagem dos recursos transferidos pelo Governo do Estado, a título de cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou ainda destinar um percentual, anualmente, das receitas próprias do município para o Fundo.

Os recursos do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município - FACTEM

Os recursos do FACTEM deverão ser utilizados, entre outras atividades, para:

- auxílio à realização de eventos técnicos ou científicos como encontros, seminários, feiras, exposições e cursos, organizados por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- auxílio para obras e instalações-projetos de aparelhamento de laboratório e construção da infraestrutura técnico-científica, localizados no Município e que sejam de propriedade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- auxílio para instalação e/ou manutenção de incubadoras tecnológicas;
- auxílio a pesquisas e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
- bolsas auxílios, de iniciação técnico-científica, para alunos das redes municipal, estadual e universitário (no caso da rede municipal, deve haver um diálogo maior entre essa proposta com a de “bolsa-escola”).

Outras funções da Secretaria e do Conselho

Evidentemente, uma Secretaria e um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia não podem fazer política somente para as universidades, ou para as empresas tecnológicas. Ela precisa ampliar a questão. Precisa transformar a questão da ciência e tecnologia em uma questão de cidadania. Deve levar ciência e tecnologia para as escolas, de incentivar uma consciência científica e tecnológica, para o bem da sociedade, dos menos favorecidos e do país.

Alguns temas que poderiam ser desenvolvidos, sempre articulados com outras secretarias do município, são:

Projeto “Ciência” nas escolas;

- Feiras de Ciências e Tecnologias;
- Preservação da memória e da história da população e do município;
- Preservação do patrimônio histórico;
- Preservação do meio ambiente e discussão do desenvolvimento sustentável;
- Potencialização dos recursos hídricos;
- A cultura a serviço da ciência e da tecnologia e vice-versa.

Considerações Finais

Este projeto foi elaborado, com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da Região do Vale do Rio Pardo, através da criação de Conselhos Municipais de Ciência e Tecnologia.

Cabe ressaltar que no presente trabalho foram pesquisadas propostas orientadoras para a criação de uma Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia nos municípios do Vale do Rio Pardo.

Salienta-se que no Estado do Rio Grande do Sul, apenas Porto Alegre, já possui instalada uma Secretaria e um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia.

Atualmente, apenas dois municípios da Região do Vale do Rio Pardo poderiam ter condições de instituir uma Secretaria e um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, que é o caso dos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, os quais possuem diversas Secretarias Municipais, que teriam condições de aproveitar a estrutura existente hoje, para a concretização destes pleitos municipais. Uma estrutura municipal já existente, disponibiliza ao município, as condições administrativas e técnicas necessárias, para agilizar todo o processo, a nível regional, de um grupo de trabalho que pudesse futuramente discutir estas instituições.

É importante ressaltar que, qualquer município que pretenda implantar um Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia – CMCT, deve instituir, primeiramente, uma Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.

Bibliografia

- 1 BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; BURSZTYN, Marcel (coords.). *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/ABIPTI, 2000.
- 2 BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; MUNHOZ, Tania Maria Tonelli (coords.). *Gestão dos recursos naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.
- 3 CAMPIS, Luiz Augusto Costa a. *O Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo: uma análise crítica*. Redes, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.2, n.1, p.9-36, jul. 1997.
- 4 CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. *Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- 5 COREDE-VRP. CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. *Projeto de implantação do Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, set 1993.
- 6 COREDE-VRP. CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo – 1ª Parte*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

7 HANEFELD, Alexandro Oto. *Pólos de Modernização Tecnológica e Desenvolvimento regional: o caso do Pólo de Modernização do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (dissertação de mestrado).

8 FERNANDES, R. *Tecnologia: aquisição, desenvolvimento, proteção, transferência e comercialização*. Rio de Janeiro: Quadratim, 1998.

9 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura*. Disponível em www.mct.gov.br/publi/Default.htm

10 SAENZ, Tirso W. & GARCÍA CAPOTE, Emílio. *Ciência, Inovação e Gestão Tecnológica*. Brasília: CNI/IEL/SENAI, ABIPTI, 2002.

11 SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Histórico da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em <www.sct.rs.gov.br/index.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2001.

12 SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Apoio aos Pólos Tecnológicos*. Disponível em <www.sct.rs.gov.br/programas/polos/index> Acesso em 15 de abril de 2003.

13 SILVA, Cylon Gonçalves da; MELO, Lúcia Carvalho Pinto de (coords.). *Ciência, Tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Academia Brasileira de Ciências, 2001.

14 VARGAS, Marco Antônio; FILHO, Nery dos Santos; ALIEVI, Rejane Maria. Sistema Gaúcho de Inovação: avaliação de arranjos locais selecionados. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. *Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

15 VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de; FERREIRA, Marta Araújo Tavares. *Revista Perspectivas em Ciência da Informação*. - v. 1, n. 1 (jan/jun). 1996 – Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1996.